



**METISA**

**METALÚRGICA TIMBOENSE S.A.  
E CONTROLADA**

INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELAS INSTRUÇÕES CVM Nº 480 DE 07.12.2009 E  
CVM Nº 481 DE 17.12.2009, EM ATENDIMENTO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA



## A - INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

### • A.1 - IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA

#### **METISA Metalúrgica Timboense S.A.**

Inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob Nº 86.375.425/0001-09 e com Inscrição Estadual-IE Nº 250.266.776.

#### Sede

Rua Fritz Lorenz Nº 2442 - Distrito Industrial  
89120-000 - Timbó (SC)

### • A.2 - Diretoria de Relações com Investidores

Wilson Harrison Jacobsen

Telefone: (47) 3281.2273

Fax: (47) 3281.2223

E-mail: dri@metisa.com.br

### • A.3 - Auditores Independentes da Companhia

UHY Bendoraytes & Cia.

Av, João Cabral de Mello Neto, 850, Bloco 3, 1301 à 1305

Edifício Corporativo CEO

22775-057 - Rio de Janeiro (RJ) - Brasil

Tel (55 21) 3030.4662

www.uhy-br.com

### • A.4 - Jornais nos quais a Companhia divulga informações

Diário Oficial do Estado de Santa Catarina - DIOESC e Diário Catarinense.

## B - CONSIDERAÇÕES SOBRE ESSE RELATÓRIO

Esse documento deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Financeiras da METISA Metalúrgica Timboense S.A., publicadas no dia 26 de março de 2021 nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina - DIOESC e Diário Catarinense. Essas Demonstrações Financeiras também encontram-se disponíveis no site da CVM Comissão de Valores Mobiliários, site da BM&FBOvespa e no site oficial da Companhia.



## **C - INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELA INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17.12.2009**

- **C.1 - Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2021**

- **C.2 - Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2021**

- **C.3 - Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo**

Disponível a partir de 26.03.2021, no site da CVM Comissão de Valores Mobiliários, site da BM&FBovespa e no site oficial da Companhia.

- **C.4 - Cópia das Demonstrações Financeiras**

Disponível a partir de 26.03.2021, no site da CVM Comissão de Valores Mobiliários, site da BM&FBovespa e no site oficial da Companhia.

- **C.5 - Parecer dos Auditores Independentes**

Informação disponível a partir de 26.03.2021, no site da CVM Comissão de Valores Mobiliários, site da BM&FBovespa, site oficial da Companhia e, colocadas à disposição dos Acionistas na sua sede.

- **C.6 - Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver**

Informação disponível a partir de 26.03.2021, no site da CVM Comissão de Valores Mobiliários, site da BM&FBovespa, site oficial da Companhia e, colocadas à disposição dos Acionistas na sua sede.

- **C.7 - Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP**

Disponível a partir de 26.03.2021, no site da CVM Comissão de Valores Mobiliários, site da BM&FBovespa, site oficial da Companhia e, colocadas à disposição dos Acionistas na sua sede.

- **C.8 - Informações requeridas pelas Instruções CVM Nº 480 de 07 de dezembro de 2009 e CVM Nº 481 de 17 de dezembro de 2009, em atendimento ao Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2021.**



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**COMENTÁRIOS DOS DIRETORES**

**10.1 Os Diretores devem comentar sobre:**

As informações a seguir referem-se à Companhia e a sua Controlada (Consolidado).

**a) condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Diretoria da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia, são adequadas, permitindo que a Companhia cumpra suas obrigações de curto, médio e longo prazos, bem como, colocando-a em condições de fazer frente a novas oportunidades, não existindo fatos para acreditarmos que tal situação seja alterada de forma significativa em um curto espaço de tempo.

**b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

A Diretoria considera que a estrutura atual de capital da Companhia é adequada.

**i. hipótese de resgate**

Não há um programa para resgate de ações.

**ii. fórmula de cálculo de resgate**

Não aplicável.

**c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Diretoria da Companhia, através do controle e planejamento constante dos seus ativos e passivos financeiros, entende que inexistente uma sinalização negativa em relação à sua capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros. As dívidas da Companhia são representadas por financiamentos decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio. A Companhia apresentava disponibilidades no montante de R\$ 99.938.231,00 (noventa e nove milhões, novecentos e trinta e oito mil, duzentos e trinta e um reais) e dívidas financeiras de R\$ 22.775.778,00 (vinte e dois milhões, setecentos e setenta e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais) resultando em um caixa líquido no montante de R\$ 76.934.698,00 (setenta e seis milhões, novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e oito reais).

**d) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

A Companhia, atualmente, utiliza adiantamentos de contratos de câmbio como fontes de financiamento de terceiros.

**e) fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez**

A Diretoria entende que, poderá utilizar linhas especiais com taxas de juros de mercado para financiar o seu capital circulante e não circulante, se necessário.

**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:**

A Companhia apresenta abaixo seus níveis de endividamento, de forma consolidada, no exercício encerrado em 31.12.2020:

**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

**- INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

			Controladora e Consolidado	
Modalidade	Finalidade	Encargos Financeiros	2020	2019
Leasing	Imobilizado	Juros de 12,43% a.a.	229.289	418.669
ACE/ACC	Capital de giro	VC + juros de até 2,00% a.a	22.546.489	37.637.443
	<b>Total dos empréstimos</b>		<b>22.775.778</b>	<b>38.056.112</b>
	<b>Circulante</b>		<b>22.735.869</b>	<b>37.826.823</b>



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

	<b>Não Circulante</b>	<b>39.909</b>	<b>229.289</b>
As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:			
2021		-	189.380
2022		39.909	39.909
		<b>39.909</b>	<b>229.289</b>

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais e alienação fiduciária dos bens.

**ii. outras relações de longo prazo com Instituições Financeiras**

Não se aplica a Companhia.

**iii. grau de subordinação entre as dívidas**

Não se aplica a Companhia.

**iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

Não se aplica a Companhia.

**g) limites de utilização dos financiamentos já contratados**

A Companhia não possui limites de utilização dos financiamentos já contratados.

**h) alterações significativas em cada item das Demonstrações Financeiras**

A Companhia apresenta as Demonstrações Financeiras abaixo, com a comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**  
ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - (Em Reais)**

Ativo	Nota	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	3	88.512.597	75.790.553	89.375.187	76.932.543
Títulos e valores mobiliários	4	11.425.634	12.187.117	11.425.634	12.187.117
Contas a receber e outras contas a receber	5	79.876.125	60.759.586	80.224.821	61.193.594
Estoques	6	67.337.467	63.090.644	67.337.467	63.090.644
Tributos a recuperar	7	16.258.284	5.568.949	16.258.284	5.568.949
Despesas antecipadas		181.023	98.308	181.023	98.308
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>263.591.130</b>	<b>217.495.157</b>	<b>264.802.416</b>	<b>219.071.155</b>
Realizável a longo prazo	8	4.382.741	4.379.545	4.382.741	4.379.545
Investimentos	9	9.644.790	9.868.402	-	-
Imobilizado	10	77.984.795	76.362.587	86.428.266	84.661.747
Intangível	11	650.616	717.480	650.616	717.480
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>92.662.942</b>	<b>91.328.014</b>	<b>91.461.623</b>	<b>89.758.772</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>356.254.072</b>	<b>308.823.171</b>	<b>356.264.039</b>	<b>308.829.927</b>

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores		5.315.517	3.406.564	5.315.517	3.406.564
Empréstimos e financiamentos	12	22.735.869	37.826.823	22.735.869	37.826.823
Salários e encargos sociais		4.556.352	3.797.576	4.563.420	3.798.624
Obrigações tributárias	13	4.791.406	2.452.789	4.792.614	2.456.847
Férias e encargos sociais		3.025.550	3.208.059	3.027.241	3.209.709
Dividendos propostos		9.283.420	-	9.283.420	-
Participação dos empregados	14	3.274.616	997.806	3.274.616	997.806
Participação dos administradores	15	6.408.328	2.054.413	6.408.328	2.054.413
Comissões e fretes sobre vendas		3.561.039	2.710.655	3.561.039	2.710.655
Outras contas a pagar		1.797.012	1.206.664	1.797.012	1.206.664
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>64.749.109</b>	<b>57.661.349</b>	<b>64.759.076</b>	<b>57.668.105</b>
Empréstimos e financiamentos	12	39.909	229.289	39.909	229.289
Provisões para contingências	16	6.994.151	3.561.206	6.994.151	3.561.206
Impostos diferidos	17	5.504.360	5.859.095	5.504.360	5.859.095
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>12.538.420</b>	<b>9.649.590</b>	<b>12.538.420</b>	<b>9.649.590</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>77.287.529</b>	<b>67.310.939</b>	<b>77.297.496</b>	<b>67.317.695</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	18				
Capital social		150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000
Reservas de lucros		121.685.184	79.595.512	121.685.184	79.595.512
( - ) Ações em tesouraria		(5.852.992)	(1.760.528)	(5.852.992)	(1.760.528)
Outros resultados abrangentes		13.134.351	13.677.248	13.134.351	13.677.248
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>278.966.543</b>	<b>241.512.232</b>	<b>278.966.543</b>	<b>241.512.232</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>356.254.072</b>	<b>308.823.171</b>	<b>356.264.039</b>	<b>308.829.927</b>
Valor patrimonial por ação	18 a	31,72537	26,87721	31,72537	26,87721



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**  
ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS - (Em Reais)**

	Nota	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receita operacional líquida</b>	19	<b>367.610.556</b>	<b>287.012.619</b>	<b>367.698.144</b>	<b>288.796.864</b>
Avaliação a valor justo de ativo biológico		-	-	(50.842)	-
Custo dos produtos vendidos		(256.496.595)	(222.544.402)	(256.585.892)	(224.617.620)
<b>Lucro bruto</b>		<b>111.113.961</b>	<b>64.468.217</b>	<b>111.061.410</b>	<b>64.179.244</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	20	(29.167.656)	(19.720.755)	(29.294.266)	(19.837.726)
Com vendas	21	(39.766.305)	(33.020.793)	(39.766.305)	(33.020.793)
Outras receitas operacionais	26	28.319.075	5.995.556	28.253.430	5.933.270
Resultado de equivalência patrimonial	9	(223.612)	(488.934)	-	-
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>70.275.463</b>	<b>17.233.291</b>	<b>70.254.269</b>	<b>17.253.995</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	22	48.627.305	20.131.714	48.654.822	20.163.823
Despesas financeiras	22	(35.522.347)	(13.532.852)	(35.522.619)	(13.533.706)
<b>Lucro operacional</b>		<b>83.380.421</b>	<b>23.832.153</b>	<b>83.386.472</b>	<b>23.884.112</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(26.496.814)	(6.188.942)	(26.502.865)	(6.240.901)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	317.528	357.571	317.528	357.571
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>57.201.135</b>	<b>18.000.782</b>	<b>57.201.135</b>	<b>18.000.782</b>
<b>Lucro líquido por ação</b>					
ON	18 a	6,16164	1,90221	6,16164	1,90221
PN	18 a	6,77781	2,09243	6,77781	2,09243



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**  
ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES - (Em Reais)**

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	57.201.135	18.000.782	57.201.135	18.000.782
Outros resultados abrangentes	542.897	568.002	542.897	568.002
Resultado abrangente do período	57.744.032	18.568.784	57.744.032	18.568.784
Atribuído a sócios da empresa controladora	-	-	57.744.032	18.568.784





**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em Reais)**

	Capital social	Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	
		Legal	Retenção de lucros	a Realizar					Incentivos fiscais
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>100.000.000</b>	<b>13.696.239</b>	<b>94.386.732</b>	<b>7.308.842</b>	<b>2.428.464</b>	<b>(1.425.370)</b>	<b>14.245.250</b>	<b>-</b>	<b>230.640.157</b>
Reversão de dividendos e JSCP	-	-	62.059	-	-	-	-	-	62.059
Aumento de Capital	50.000.000	-	(50.000.000)	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(335.158)	-	-	-	(335.158)
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(1.539.157)	-	-	1.539.157	-	-
Custo atribuído realizado	-	-	-	-	-	(568.002)	568.002	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	18.000.782	-	18.000.782
Destinação proposta à Assembléia Geral:									
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	567.621	-	(567.621)	-	-
Reserva legal	-	900.039	-	-	-	-	(900.039)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(6.855.608)	-	(6.855.608)
Retenção de lucros	-	-	11.784.673	-	-	-	(11.784.673)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>150.000.000</b>	<b>14.596.278</b>	<b>56.233.464</b>	<b>5.769.685</b>	<b>2.996.085</b>	<b>(1.760.528)</b>	<b>13.677.248</b>	<b>-</b>	<b>241.512.232</b>
Reversão de dividendos e JSCP	-	-	61.849	-	-	-	-	-	61.849
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(4.092.464)	-	-	-	(4.092.464)
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(50.859)	-	-	50.859	-	-
Custo atribuído realizado	-	-	-	-	-	(542.897)	542.897	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	57.201.135	-	57.201.135
Transferência de lucros não realizados - Ativos Biológicos (Controlada)	-	-	-	(50.842)	-	-	50.842	-	-
Destinação proposta à Assembléia Geral:									
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	1.491.991	-	(1.491.991)	-	-
Reserva legal	-	2.860.057	-	-	-	-	(2.860.057)	-	-
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(15.716,209)	-	(15.716,209)
Retenção de lucros	-	-	37.777,476	-	-	-	(37.777,476)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>150.000.000</b>	<b>17.456.335</b>	<b>94.072.789</b>	<b>5.667.984</b>	<b>4.488.076</b>	<b>(5.852.992)</b>	<b>13.134.351</b>	<b>-</b>	<b>278.966.543</b>



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - (Em Reais)**

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido antes dos impostos</b>	<b>83.380.421</b>	<b>23.832.153</b>	<b>83.380.421</b>	<b>23.832.153</b>
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Avaliação a valor justo de ativo biológico	-	-	50.842	-
Depreciação, amortização e exaustão	8.266.005	8.725.171	8.361.593	10.805.550
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	11.704.044	345.266	11.704.044	345.266
Equivalência patrimonial	223.612	488.934	-	-
Valor residual de ativos não circulantes	(82.159)	(620.468)	(82.159)	(642.168)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(1.798.127)	505.216	(1.798.127)	505.216
Perdas com contingências	3.432.945	26.000	3.432.945	26.000
<b>Disponibilidades brutas antes das mudanças no capital de giro</b>	<b>105.126.741</b>	<b>33.302.272</b>	<b>105.049.559</b>	<b>34.872.017</b>
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	761.483	(2.037.099)	761.483	(2.037.099)
(Aumento)/Redução em contas a receber e outras contas a receber	(17.318.412)	(2.688.899)	(17.233.100)	(3.119.211)
(Aumento)/Redução nos estoques	(4.246.823)	(1.700.125)	(4.246.823)	(1.700.125)
(Aumento)/Redução em impostos a recuperar	(10.689.335)	4.893.887	(10.689.335)	4.893.887
(Aumento)/Redução nas despesas antecipadas	(82.715)	43.480	(82.715)	43.480
Aumento/(Redução) em fornecedores	1.908.953	770.273	1.908.953	770.273
Aumento/(Redução) em salários e encargos sociais	758.776	18.821	764.796	15.791
Aumento/(Redução) nas obrigações tributárias	(93.686)	38.225	(87.898)	90.960
Aumento/(Redução) de férias e encargos sociais	(182.509)	(85.175)	(182.468)	(87.235)
Aumento/(Redução) nas participações a pagar	6.630.725	289.753	6.630.725	289.753
Aumento/(Redução) nas comissões e fretes s/ vendas	850.384	599.924	850.384	599.924
Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	590.348	54.093	590.348	54.093
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>84.013.930</b>	<b>33.499.430</b>	<b>84.033.909</b>	<b>34.686.508</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(24.101.718)	(6.188.942)	(24.110.356)	(6.238.135)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>59.912.212</b>	<b>27.310.488</b>	<b>59.923.553</b>	<b>28.448.373</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
No realizável a longo prazo	(3.196)	(4.600)	(3.196)	(4.600)
No imobilizado	(9.824.548)	(10.828.898)	(10.115.289)	(10.893.098)
No intangível	(127.850)	(215.554)	(127.850)	(215.554)
Caixa gerado na venda de ativos não circulantes	213.209	725.667	213.209	758.167
Ações em tesouraria	(4.092.464)	(335.158)	(4.092.464)	(335.158)
Reversão de dividendos e JSCP	61.849	62.059	61.849	62.059
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos</b>	<b>(13.773.000)</b>	<b>(10.596.484)</b>	<b>(14.063.741)</b>	<b>(10.628.184)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Empréstimos e financiamentos obtidos	88.448.112	91.362.430	88.448.112	91.362.430
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(115.432.491)	(75.089.846)	(115.432.491)	(75.089.846)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(6.432.789)	(6.855.608)	(6.432.789)	(6.855.608)
<b>Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos</b>	<b>(33.417.168)</b>	<b>9.416.976</b>	<b>(33.417.168)</b>	<b>9.416.976</b>
<b>Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes à caixa</b>	<b>12.722.044</b>	<b>26.130.980</b>	<b>12.442.644</b>	<b>27.237.165</b>
<b>Caixa e equivalentes à caixa no começo do período</b>	<b>75.790.553</b>	<b>49.659.573</b>	<b>76.932.543</b>	<b>49.695.378</b>
<b>Caixa e equivalentes à caixa no fim do período</b>	<b>88.512.597</b>	<b>75.790.553</b>	<b>89.375.187</b>	<b>76.932.543</b>

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - (Em Reais)**

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receitas</b>	<b>462.579.370</b>	<b>348.112.688</b>	<b>462.621.410</b>	<b>350.026.482</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	432.110.658	342.771.591	432.203.540	344.663.685
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/ (Constituição)	(1.246.826)	(798.600)	(1.246.826)	(798.600)
Outras (despesas) receitas	31.715.538	6.139.697	31.715.538	6.161.397
Avaliação a valor justo de ativo biológico	-	-	(50.842)	-
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>286.470.356</b>	<b>243.988.445</b>	<b>286.553.539</b>	<b>244.054.550</b>
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	255.263.162	221.719.428	255.263.162	221.719.428
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (adm/ ven)	31.207.194	22.269.017	31.290.377	22.335.122
<b>Valor adicionado bruto (1-2)</b>	<b>176.109.014</b>	<b>104.124.243</b>	<b>176.067.871</b>	<b>105.971.932</b>
<b>Retenções</b>	<b>8.271.513</b>	<b>8.641.279</b>	<b>8.367.102</b>	<b>10.721.658</b>
Depreciação, amortização e exaustão	8.271.513	8.641.279	8.367.102	10.721.658
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Entidade (3-4)</b>	<b>167.837.501</b>	<b>95.482.964</b>	<b>167.700.769</b>	<b>95.250.274</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>48.321.379</b>	<b>19.518.180</b>	<b>48.572.508</b>	<b>20.039.223</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(223.612)	(488.934)	-	-
Receitas financeiras	48.544.991	20.007.114	48.572.508	20.039.223
<b>Valor adicionado total a distribuir (5+6)</b>	<b>216.158.880</b>	<b>115.001.144</b>	<b>216.273.277</b>	<b>115.289.497</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>216.158.880</b>	<b>115.001.144</b>	<b>216.273.277</b>	<b>115.289.497</b>
<b>Pessoal</b>	<b>75.233.465</b>	<b>64.048.614</b>	<b>75.323.046</b>	<b>64.160.894</b>
Remuneração direta	63.060.405	52.930.869	63.146.192	53.037.114
Benefícios	7.646.539	6.931.021	7.646.539	6.931.698
FGTS	4.526.521	4.186.724	4.530.315	4.192.082
<b>Impostos, contribuições e taxas</b>	<b>49.510.119</b>	<b>19.937.621</b>	<b>49.534.663</b>	<b>20.112.840</b>
Federais	48.752.510	19.501.915	48.774.478	19.674.843
Estaduais	695.002	354.223	697.208	356.058
Municipais	62.607	81.483	62.977	81.939
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>34.214.161</b>	<b>13.014.127</b>	<b>34.214.433</b>	<b>13.014.981</b>
Juros	1.739.950	1.014.646	1.739.957	1.014.646
Outras	32.474.211	11.999.481	32.474.476	12.000.335
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>57.201.135</b>	<b>18.000.782</b>	<b>57.201.135</b>	<b>18.000.782</b>
Juros s/ capital próprio e dividendos	15.716.209	6.855.608	15.716.209	6.855.608
Lucros retidos/prejuízo do exercício	41.484.926	11.145.174	41.484.926	11.145.174



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**ESTOQUES DO EXERCÍCIO - (Em Reais)**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Produtos acabados	16.356.644	22.619.607
Produtos em processo	18.947.860	14.696.860
Matérias-primas	18.448.238	15.063.822
Materiais secundários	9.507.683	7.121.667
Materiais de manutenção	2.961.915	2.454.181
Importação em andamento	1.298.451	1.041.733
Adiantamento a fornecedores	186.833	416.448
Provisão para perdas	(370.157)	(323.674)
	<b>67.337.467</b>	<b>63.090.644</b>

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**

**Receita Operacional Líquida**

A Receita Operacional Líquida, da Controladora em 2020 alcançou o valor de R\$ 367,6 milhões (R\$ 287,0 milhões em 2019). O volume de vendas destinadas ao mercado interno, representou uma Receita Operacional Líquida de R\$ 246,5 milhões (R\$ 206,2 milhões em 2019), equivalente a 67,1% da Receita Total Líquida.

As vendas para o mercado externo de R\$ 121,1 milhões (R\$ 80,8 milhões em 2019), representaram 32,9% do total.

No mercado interno (excluídas as devoluções) a receita de vendas apresentou um acréscimo de 19,5%. No mercado externo (excluídas as devoluções) a receita de vendas teve um acréscimo de 49,9%.

As vendas físicas da Companhia, em tonelagem, apresentaram um acréscimo de 14,5% conforme quadro abaixo:

<u>MERCADO</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>VARIAÇÃO</u>
Nacional	35.299,7 t	30.532,1 t	+ 15,6 %
Exportação	12.708,1 t	11.393,4 t	+ 11,5 %
TOTAL	48.007,8 t	41.925,5 t	+ 14,5 %

**Deduções da Receita**

*Impostos, contribuições e devolução de mercadorias*

Os tributos, contribuições e devoluções de mercadorias, deduzidos da Receita Operacional Bruta permaneceram estáveis nos últimos três exercícios. Os impostos incidentes nas vendas são o CPRB, PIS, ICMS e a COFINS sobre os produtos vendidos e o ISS na prestação de serviços.

*Custo dos Produtos Vendidos*

O custo dos produtos vendidos em 2020, no valor de R\$ 256,5 milhões, representou 69,8% da Receita Operacional Líquida.

Já, em 2019, o custo dos produtos vendidos, no valor de R\$ 222,5 milhões, representou 77,5% da Receita Operacional Líquida.

*Despesas Operacionais*

As despesas operacionais - despesas com vendas, gerais e administrativas - representaram em 2020 18,7% da Receita Operacional Líquida, ante 18,4% em 2019.

*Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente*

Apurados pelo lucro real a razão de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% para imposto de renda, e de 9% para a contribuição social sobre o lucro, sem sofrer variação em relação aos períodos anteriores.

**10.2 Comentários dos Diretores sobre:**

**a) resultados das operações do emissor em especial**

**i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A Receita Operacional Bruta em 2020, experimentou um incremento de 26,3%.

**ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

O lucro líquido obtido no exercício de 2020, de R\$ 57.201.135,00, foi 217,8% superior aos R\$ 18.000.782,00 obtidos em 2019. O crescimento do resultado decorre do crescimento das vendas físicas no período, com consequente aumento do resultado da atividade operacional da Companhia, além do êxito em ação judicial, que tramitou perante a Justiça Federal, referente a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do PIS e da COFINS, mediante compensação dos valores apurados em relação às competências de



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

dezembro/2002 a setembro/2020, bem como, do êxito, também em ação judicial, que tramitou perante a Justiça Federal, referente a correção do empréstimo compulsório perante a Eletrobrás.

**b) variações das receitas atribuíveis a variação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Os aspectos relativos a este item, acham-se descritos nos itens precedentes.

**c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

Em relação aos impactos relacionados neste item, seus efeitos acham-se descritos nos itens precedentes.

**10.3 Os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas Demonstrações Financeiras do emissor e, em seus resultados:**

**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica a Companhia.

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não se aplica a Companhia.

**c) eventos ou operações não usuais**

Não se aplica a Companhia.

**10.4 Os Diretores devem comentar:**

**a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas, em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário, conforme segue:

**a.1) Base de preparação**

As presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e incluem:

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 16 de março de 2021.

**a.2) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais mensurados pelo valor justo:

- os ativos biológicos da controlada conforme nota 2.2 (g); e
- determinados ativos do imobilizado da controladora conforme nota 2.2 (i).

**a.3) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**a.4) Uso de estimativas e julgamentos**

## **INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

### **a.5) Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da METISA Metalúrgica Timboense S/A, e sua controlada METISA Florestal e Energética S/A, conforme Nota 9 que adota políticas contábeis alinhadas com a controladora.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

### **a.6) Moeda estrangeira**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real conforme as normas descritas na Deliberação CVM nº 640 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

Operações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

### **a.7) Instrumentos financeiros**

#### *a.7.1 Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia descontinua um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os

## **INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem recebíveis e outras contas de ativos financeiros não derivativos. Recebíveis e outras contas são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis e outras contas abrangem clientes e outros créditos.

### *a.7.2 Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia são constituídos de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis.

### *a.7.3 Instrumentos financeiros*

A Companhia mantém uma carteira de ações de empresas de capital aberto. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

### **a.8) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

### **a.9) Contas a receber**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia tem como política manter um prazo de financiamento das contas a receber a curto prazo, justificando assim, a não necessidade de cálculo de ajuste a valor presente.

### **a.10) Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.



## **INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

### **a.11) Ativo biológico (consolidado)**

Os ativos biológicos da controlada são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados para venda no momento do corte, sendo que sua exaustão é calculada no momento do corte da madeira. Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucaliptus e pinnus provenientes de plantios planejados e renováveis e são destinados substancialmente para comercialização com clientes localizados na região da METISA Florestal e Energética S/A. Na determinação do valor justo, foi utilizado o valor de mercado ativo, considerando sua localização e condições atuais e os preços cotados nesse mercado, conforme preconizado no CPC 29 – Ativo Biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, por ocasião de sua avaliação é reconhecido no resultado do período em que ocorrem, numa rubrica específica da demonstração do resultado, denominada “ajuste do valor justo do ativo biológico”. O aumento ou diminuição do valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos no início e no final do período avaliado.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos do início do período foi reconhecido e mantido na reservas de lucros retidos no patrimônio líquido, até sua efetiva realização financeira pelo corte da madeira, quando será transferida para lucros acumulados para destinação.

### **a.12) Investimentos**

A participação na controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

### **a.13) Imobilizado**

#### *a.13.1 Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A Companhia fez a opção de utilizar o custo atribuído para valorização de determinados bens do seu ativo imobilizado em função de que esses, tais como apresentados conforme as práticas contábeis anteriores, não atendiam a alguns requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que são ativos que extrapolaram sua vida útil inicial, todavia continuam gerando benefícios econômicos futuros.

Adicionalmente, a Companhia realizou a reavaliação da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, objetivando adequar os custos de depreciação à expectativa de obtenção de benefícios econômicos futuros com esses bens. O levantamento foi realizado mediante contratação de empresa especializada, a qual emitiu laudo técnico sobre a reavaliação.

#### *a.13.2 Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

## **INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

### *a.13.3 Custos subsequentes*

O custo de reposição ou de manutenção (reforma) de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### **a.14) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

#### *a.14.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

#### *a.14.2 Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

### **a.15) Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

### **INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

#### **a.16) Capital social**

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

#### **a.17) Receita operacional - Venda de produtos**

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possa ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

#### **a.18) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial e outras receitas diversas. As receitas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, variação cambial, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. As despesas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos.

#### **a.19) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às alíquotas vigentes na data da apresentação.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**a.20) Resultado por ação**

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base no estatuto social e legislação aplicável, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

**a.21) Informação por segmento**

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio: a produção e comercialização de peças fabricadas em aço para implementos agrícolas, construção civil e outros, como divulgado na Nota 24.

**a.22) Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

*a.22.1 Contas a receber de clientes e outros créditos*

As contas a receber e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos de entrada de fluxo de caixa.

*a.22.2 Derivativos*

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e não operou com esses instrumentos.

*a.22.3 Passivos financeiros não derivativos*

As contas a pagar e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos nominais.

**a.23) Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Remuneração das aplicações</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Caixa e Bancos		197.657	909.039	213.401	911.758
Aplicações Financeiras em Certificados de Depósito Bancário	Vinculada à variação do CDI	88.314.940	74.881.514	89.161.786	76.020.785
		<b>88.512.597</b>	<b>75.790.553</b>	<b>89.375.187</b>	<b>76.932.543</b>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

**a.24) Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários referem-se a uma carteira composta por ações classificadas como ativos financeiros que a Companhia mantém para negociação.

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados na categoria de mensurado ao valor justo por meio do resultado. Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. Os saldos são demonstrados ao valor justo e as variações são contabilizadas no resultado. Os títulos mantidos pela Companhia estão assim distribuídos:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
B3 - Brasil Bolsa Balcão (B3SA3)	714.837	-
Banco do Brasil (BBAS3)	2.314.025	3.446.003
Magazine Luiza (MGLU3)	399.200	-
Petrobras S/A (PETR4)	1.680.197	4.493.115
Vale S/A (VALE3)	5.600.295	4.247.999
Via Varejo (VVAR3)	565.600	-
WEG S/A (WEGE3)	151.480	-
	<b>11.425.634</b>	<b>12.187.117</b>

**a.25) Contas a receber e outras contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mercado interno	42.332.948	29.971.856	42.678.952	30.403.347
Mercado externo	36.338.856	31.127.678	36.338.856	31.127.678
( - ) Provisão para riscos de créditos de liquidação duvidosa	(1.847.169)	(3.645.296)	(1.847.169)	(3.645.296)
( - ) Ajuste CPC 47- Receitas	(271.418)	(244.365)	(271.418)	(244.365)
Outras contas a receber (i)	3.322.908	3.549.713	3.325.600	3.552.230
	<b>79.876.125</b>	<b>60.759.586</b>	<b>80.224.821</b>	<b>61.193.594</b>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na Nota 25. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em bases consideradas suficientes para fazer face as eventuais perdas na realização de créditos, tendo como base os títulos vencidos há mais de 90 dias no mercado interno e 180 dias no mercado externo, que teve a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Saldo em 2020
Mercado interno	1.105.886	1.173.082	(1.077.086)	1.201.882
Mercado externo	2.539.410	156.059	(2.050.182)	645.287
	<b>3.645.296</b>	<b>1.329.141</b>	<b>(3.127.268)</b>	<b>1.847.169</b>

(i) outras contas a receber tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Adiantamento de férias	1.049.008	1.499.717	1.049.008	1.502.234
Adiantamento a fornecedores	984.589	983.372	984.589	983.372
Cessões de créditos de ICMS (a)	556.870	115.250	556.870	115.250

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Outros valores	732.441	951.374	735.133	951.374
	<b>3.322.908</b>	<b>3.549.713</b>	<b>3.325.600</b>	<b>3.552.230</b>

(a) Refere-se a créditos de ICMS liberados pela Fazenda Estadual e transferidos para fornecedores da Companhia.

**a.26) Estoques**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Produtos acabados	16.356.644	22.619.607
Produtos em processo	18.947.860	14.696.860
Matérias-primas	18.448.238	15.063.822
Materiais secundários	9.507.683	7.121.667
Materiais de manutenção	2.961.915	2.454.181
Importação em andamento	1.298.451	1.041.733
Adiantamento a fornecedores	186.833	416.448
Provisão para perdas	(370.157)	(323.674)
	<b>67.337.467</b>	<b>63.090.644</b>

**a.27) Tributos a recuperar**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
ICMS (i)	6.955.745	5.226.615
IPI	8.811	8.821
IRPJ (ii)	-	291.764
PIS/COFINS	9.198.924	-
REINTEGRA	94.804	41.749
	<b>16.258.284</b>	<b>5.568.949</b>

(i) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundo de aquisições de matérias primas e insumos, e não compensado em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional, pendente de liberação pela Fazenda Estadual para transferência para fornecedores da Companhia.

(ii) São antecipações de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, calculadas com base na estimativa mensal, pagos em 2018, com valores superiores ao apurado pelo ajuste anual e ainda não compensados.

**a.28) Realizável a longo prazo**

**a.28.1 Outras conta a receber**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Depósitos judiciais (i)	4.382.741	4.289.290
Empréstimos compulsórios	-	90.255
	<b>4.382.741</b>	<b>4.379.545</b>

(i) Refere-se a depósitos para garantir o andamento de demandas judiciais, de natureza cível, tributária e trabalhista, cujas provisões, quando devidas, estão reconhecidas no passivo, assim constituídas:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Cíveis	1.659.717	1.659.717
Tributários	2.700.203	2.594.030
Trabalhistas	22.821	35.543
	<b>4.382.741</b>	<b>4.289.290</b>

*a.28.2 Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSL)*

A conciliação do Imposto de Renda - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, está apresentada como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
IRPJ e CSL correntes	(26.496.814)	(6.188.942)	(26.502.865)	(6.240.901)
IRPJ e CSL diferidos	317.528	357.571	317.528	357.571

*Impostos correntes*

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia (controladora) não apresentava prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

*Impostos diferidos*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
- Sobre bases negativas/prejuízos fiscais	-	264.768
- Sobre adições temporárias	62.886	(318.271)
- Sobre depreciação custo atribuído	279.674	292.608
- Sobre diferença de depreciação nova vida útil	(494.905)	(324.989)
- Sobre realização depreciação nova vida útil	475.57	443.106
- Sobre diferença do valor residual	(5.697)	349
	<b>317.528</b>	<b>357.571</b>

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições temporárias tem a seguinte composição:

	<u>Controladora e Consolidado</u>			
	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
Adições temporárias:	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>
- Perda estimada com créditos Eletrobrás	-	-	361.020	361.020
- Contingências trabalhistas	196.000	196.000	100.000	100.000
- Contingências cíveis	47.972	47.972	47.972	47.972
- Contingências tributárias	3.336.945	3.336.945	-	-
- Comissão sobre vendas	1.287.169	1.287.169	1.044.496	1.044.496
- Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	1.847.169	1.847.169	3.645.296	3.645.296
- Perda estimada com estoques	370.158	370.158	323.674	323.674
- Ajuste CPC 47 – Receitas	271.418	271.418	244.365	244.365
- Taxa de agenciamento	63.164	63.164	-	-
- Perdas incorridas no merc. de renda variável	-	60.677	-	998.374
<b>Base de cálculo</b>	<b>7.419.995</b>	<b>7.480.672</b>	<b>5.766.823</b>	<b>6.765.197</b>
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
<b>Imposto diferido</b>	<b>667.799</b>	<b>1.870.168</b>	<b>519.014</b>	<b>1.691.299</b>



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

A Administração considera que os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

**a.29) Investimentos**

A seguir demonstramos um sumário das informações da controlada e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

<b>METISA Florestal e Energética S.A.</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Capital social realizado	3.500.000	1.905.000
Patrimônio líquido	9.644.790	9.868.402
Total de ativo e passivo	9.654.757	9.875.158
Receitas líquidas de vendas	87.588	1.784.245
<b>Percentual de participação</b>		
.No capital votante	100%	100%
.No capital total	100%	100%
Resultado do exercício da controlada	(233.612)	(488.934)
Resultado de equivalência patrimonial contabilizada na controladora	(223.612)	(488.934)
Saldo do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial	9.644.790	9.868.402
<b>Saldo de investimentos</b>	<b>9.644.790</b>	<b>9.868.402</b>

**a.30) Imobilizado**

A movimentação é demonstrada conforme a seguir:

<b>Controladora</b>					
	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Terrenos	10.309.747	-	-	-	10.309.747
Edifícios e Construções	33.396.243	-	2	805.593	34.204.838
Móveis e Utensílios	4.942.023	168.644	(818.935)	-	4.291.732
Veículos	2.160.924	76.709	(143.447)	-	2.094.186
Máquinas e Equipamentos	139.934.313	311.534	(157.114)	9.989.860	150.078.593
Imobilizações em andamento	7.311.163	8.657.661	(143.322)	(10.798.453)	5.027.049
Adiantamento a fornecedores	-	610.000	-	-	610.000
Depreciações acumuladas	(121.691.826)	(8.071.290)	1.131.766	-	(128.631.350)
	<b>76.362.587</b>	<b>1.753.258</b>	<b>(131.050)</b>	-	<b>77.984.795</b>

<b>Consolidado</b>					
	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Terrenos	11.197.285	-	-	-	11.197.285
Reflorestamento	7.681.906	289.841	(50.842)	(976)	7.920.929
Edifícios e Construções	33.610.428	-	2	808.593	34.419.023
Móveis e Utensílios	4.961.637	169.544	(818.935)	-	4.312.246
Veículos	2.258.014	76.709	(143.447)	-	2.191.276
Máquinas e Equipamentos	139.966.050	311.534	(157.114)	9.989.860	150.110.330
Imobilizações em andamento	7.311.163	8.657.661	(143.322)	(10.798.453)	5.027.049
Depreciação acumulada	(122.324.736)	(8.166.878)	1.131.766	976	(129.358.872)



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

	<b>84.661.747</b>	<b>1.948.411</b>	<b>(181.892)</b>	-	<b>86.428.266</b>
--	-------------------	------------------	------------------	---	-------------------

**a.31) Intangível**

	Controladora e Consolidado				
	<b>2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>2020</b>
Software	1.707.504	43.017	-	-	1.750.521
Intangível em andamento	25.426	84.833	-	-	110.259
Amortização acumulada	(1.015.450)	(194.714)	-	-	(1.210.164)
	<b>717.480</b>	<b>(66.864)</b>	-	-	<b>650.616</b>

A depreciação e a amortização, em 31 de dezembro de 2020, da Controladora, totalizaram R\$ 8.266.005 (R\$ 8.725.171 em 31 de dezembro de 2019). Desse total, R\$ 7.528.791 (R\$ 7.956.600 em 31 de dezembro de 2019) foram reconhecidos no custo de produção e o restante diretamente no resultado do exercício.

**a.32) Empréstimos e financiamentos**

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

		Controladora e Consolidado		
<b>Modalidade</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Encargos Financeiros</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Leasing	Imobilizado	Juros de 12,43% a.a.	229.289	418.669
ACE/ACC	Capital de giro	VC + juros de até 3,40% a.a	22.546.489	37.637.443
	<b>Total dos empréstimos</b>		<b>22.775.778</b>	<b>38.056.112</b>
	<b>Circulante</b>		<b>(22.735.869)</b>	<b>(37.826.823)</b>
	<b>Não Circulante</b>		<b>39.909</b>	<b>229.289</b>

As parcelas do não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

<b>Modalidade</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
2021	-	189.380
2022	39.909	39.909
	<b>39.909</b>	<b>229.289</b>

**a.33) Obrigações tributárias**

	Controladora		Consolidado	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
IRPJ e CSLL	3.200.293	767.990	3.200.801	771.085
ICMS	30.595	79.169	30.595	79.169
IPI	189.554	358.956	189.554	358.956
PIS/COFINS	-	120.309	48	120.309
CPRB	336.921	184.772	336.921	184.772
IRRF	1.014.637	914.884	1.014.800	914.884
Outros tributos	19.406	26.709	19.895	27.672
	<b>4.791.406</b>	<b>2.452.789</b>	<b>4.792.614</b>	<b>2.456.847</b>

**a.34) Participações de empregados**

O acordo com os funcionários prevê a distribuição de até 10% do lucro após os impostos, sendo 4% fixos e 6% variáveis de acordo com as metas atingidas.

**a.35) Partes Relacionadas**

A remuneração da administração, bem como as operações entre a Companhia e a Partes Relacionadas foram realizadas conforme a seguir.



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**a.35.1 Remuneração dos administradores**

A Companhia provê a seus administradores remuneração fixa e variável, que é determinada conforme estatuto e legislação societária.

Os montantes referentes à remuneração paga, ao Conselho de Administração e Diretores Estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Remuneração fixa	5.796.675	5.594.920	5.833.449	5.630.320
Remuneração variável	2.054.413	1.827.11	2.054.413	1.827.111

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos anualmente, admitida a reeleição.

**a.35.2 Operações com partes relacionadas**

As transações de compra de serviços e insumos são efetuadas em condições de preços e prazo equivalentes às transações efetuadas com terceiros não relacionados e podem ser resumidas como segue:

	2020	2019
- Fornecimento de Serviços		
PARTBANK S.A.	498.091	485.904
Ricardo Teixeira Mendes	272.193	265.536
Elite CCVM Ltda	41.399	12.209
- Fornecimento de produtos e insumos:		
Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda	38.596	150.654

**a.36) Provisões para contingências**

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas pelos assessores jurídicos da Companhia, como perda provável, foram constituídas provisões. A Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentadas abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Saldo em 2020
Cíveis	1.652.469	-	-	1.652.469
Tributárias	1.808.737	3.336.945	-	5.145.682
Trabalhistas	100.000	133.000	(37.000)	196.000
	<b>3.561.206</b>	<b>3.469.945</b>	<b>(37.000)</b>	<b>6.994.151</b>

Cíveis - consiste, principalmente, no reconhecimento de valor concernente a honorários de sucumbência.

Tributárias - refere-se a demandas judiciais relativas ao INSS e para as quais há depósitos judiciais no montante de R\$ 2.350.829 (R\$2.350.829 - em 31/12/2019).

Trabalhistas - consiste em diversas matérias relacionadas à área trabalhista.

**a.37) Impostos diferidos registrados no passivo não circulante**

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos conforme demonstrado a seguir:



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Crédito Tributário Ativo (i)	2.537.967	2.475.082
Crédito Tributário Passivo (ii)	8.042.327	8.334.177
<b>Passivo Líquido não circulante</b>	<b>5.504.360</b>	<b>5.859.095</b>

(i) - refere-se a créditos sobre diferenças temporárias (Nota 9).

(ii) - foram determinados pela aplicação da alíquota combinada de 34% sobre custo atribuído apurado (deemed cost) e diferença de depreciação entre o critério fiscal e a nova vida útil.

**a.38) Patrimônio líquido**

*a.38.1 Capital social*

O capital social, em 31 de dezembro de 2020, é composto por 4.212.530 ações ordinárias e 4.924.733 ações preferenciais (4.212.530 ações ordinárias e 4.924.733 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2019), totalmente subscrito e integralizado, todas sem valor nominal. A companhia mantém em tesouraria 314.833 ações preferenciais de sua emissão (151.500 ações em 31 de dezembro de 2019).

Na data de 31 de dezembro de 2020, as ações preferenciais da Metisa (MTSA4) eram negociadas na Bolsa de Valores (B3), pelo valor de R\$ 31,95 (trinta e um reais e noventa e cinco centavos) por ação preferencial, e seu valor patrimonial contábil é de R\$ 31,73 (trinta e um reais e setenta e três centavos).

*a.38.2 Dividendos e juros sobre capital próprio*

-O Conselho de Administração, em 10 de julho de 2020, aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, que serão imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,4000 por ação preferencial e R\$ 0,3600 por ação ordinária, para início de pagamento em 28 de agosto de 2020.

-Em 09 de novembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, que serão imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,3575 por ação preferencial e R\$ 0,3250 por ação ordinária, para início de pagamento em 15 de dezembro de 2020, cujo montante anual é abaixo demonstrado:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	57.201.135	18.000.782
Reserva legal	(2.860.057)	(900.039)
Reserva de incentivos fiscais	(1.491.991)	(567.621)
Reserva de Lucros a Realizar	101.701	-
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>52.950.788</b>	<b>16.533.122</b>
Juros sobre o capital próprio pagos	6.432.789	6.855.608
Dividendos propostos	9.283.420	-
<b>Total</b>	<b>15.716.209</b>	<b>6.855.608</b>
<b>Percentual sobre o lucro líquido ajustado</b>	<b>29,68</b>	<b>41,47</b>

Aos Acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no direito ao recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10 % (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**a.38.3 Reservas de lucros**

**- Legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

**- Retenção de lucros**

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.

O saldo remanescente do lucro líquido, no montante de R\$ 37.132.878, será mantido em conta de reserva de lucros, para futuros investimentos e manutenção do capital de giro, conforme orçamento de capital.

**- Reservas de Incentivos Fiscais**

Os incentivos fiscais são registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras, constituídos como Reserva de incentivos fiscais no grupo Reservas de lucros.

**a.39) Receita operacional líquida**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mercado Interno	298.189.082	251.107.852	298.281.964	252.999.946
Mercado Externo	121.084.013	80.848.187	121.084.013	80.848.187
( - ) Ajuste CPC 47 - Receitas	(27.053)	(36.732)	(27.053)	(36.732)
( - ) Impostos sobre Vendas	(51.635.486)	(44.906.688)	(51.640.780)	(45.014.537)
	<b>367.610.556</b>	<b>287.012.619</b>	<b>367.698.144</b>	<b>288.796.864</b>

**a.40) Despesas gerais e administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal	6.238.692	5.861.493	6.246.047	5.869.250
Despesas com serviços de terceiros	2.745.172	1.246.565	2.759.162	1.250.565
Honorários Conselho Fiscal	394.365	380.230	394.365	380.230
Honorários dos Administradores	5.796.675	5.594.920	5.833.449	5.630.320
Participação no lucro dos empregados	3.274.616	997.806	3.274.616	997.806
Participação no lucro dos Administradores	6.408.328	2.054.413	6.408.328	2.054.413
Gastos com materiais gerais	1.165.929	964.818	1.177.992	979.518
Outras despesas	3.143.879	2.620.510	3.200.307	2.675.624
	<b>29.167.656</b>	<b>19.720.755</b>	<b>29.294.266</b>	<b>19.837.726</b>

**a.41) Despesas com vendas**

	Controladora /Consolidado	
	2020	2019
Despesas variáveis de vendas	31.654.259	24.101.346
Despesas com pessoal	5.399.182	5.098.672
Despesas com propaganda e publicidade	687.590	1.886.901
Despesas com viagens	98.404	355.811
Provisão para devedores duvidosos	1.329.141	923.200
Outras despesas	597.729	654.863
	<b>39.766.305</b>	<b>33.020.793</b>

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**a.42) Resultado financeiro**

<u>Receitas Financeiras</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Juros de mora	18.427.649	2.059.816	18.427.652	2.059.818
Descontos	75.959	112.273	75.959	112.273
Dividendos e JSCP	308.593	406.094	308.593	406.094
Variações cambiais de exportação	20.660.676	10.272.470	20.660.676	10.272.470
Receita de títulos e valores mobiliários	6.599.073	3.479.005	6.599.073	3.479.005
Receita aplicações financeiras	2.124.997	3.601.408	2.152.511	3.633.515
Outras variações monetárias	348.043	76.048	348.043	76.048
Reversão de perdas com contas a receber	82.315	124.600	82.315	124.600
	<b>48.627.305</b>	<b>20.131.714</b>	<b>48.654.822</b>	<b>20.163.823</b>

<u>Despesas Financeiras</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
IOF/ PIS/COFINS	1.308.187	518.724	1.308.187	518.728
Juros	1.739.949	1.014.646	1.739.957	1.014.646
Despesas bancárias	453.228	366.523	453.492	367.373
Descontos/deságios	44.151	98.949	44.121	98.949
Variações cambiais	26.315.486	9.976.553	26.315.486	9.976.553
Perdas com títulos e valores mobiliários	5.661.376	1.557.457	5.661.376	1.557.457
	<b>35.522.347</b>	<b>13.532.852</b>	<b>35.522.619</b>	<b>13.533.706</b>

<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>13.104.958</b>	<b>6.598.862</b>	<b>13.132.203</b>	<b>6.630.117</b>
-------------------------------------	-------------------	------------------	-------------------	------------------

**a.43) Lucro líquido por ação**

*Lucro básico por ação*

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

**a.44) Segmentos operacionais**

A Companhia atua no segmento metalúrgico, produzindo artefatos de aço para diversos usos, entre os quais se destacam peças de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, peças para máquinas e implementos agrícolas, entre os quais sobressaem os discos para uso em tais equipamentos e lâminas para corte de pedras. A Companhia, ainda, produz diversos outros artefatos, tais como talas de junção para trilhos ferroviários, pás e cavadeiras, peças para implementos rodoviários e arruelas. As instalações industriais da Companhia são extremamente versáteis e um mesmo conjunto de equipamentos pode fabricar materiais que integram “linhas de produtos” diferentes. As linhas de produtos são definidas em função de seu uso e correspondente mercado, não se constituindo em setores fabris separados e bem identificados, e para os quais se possam desenvolver demonstrações financeiras individualizadas. Em decorrência, a Companhia explora um único segmento operacional.

**a.45) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros**

*a.45.1 Gerenciamento de riscos*



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

*a.45.2 Risco de crédito*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa conforme demonstrado na Nota 5.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

*a.45.3 Exposição a riscos de créditos*

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras é assim composto:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Caixa e equivalentes de caixa	89.375.187	76.932.543
Títulos e valores mobiliários	11.425.634	12.187.117
Contas a receber de clientes	79.017.808	61.531.025

*a.45.4 Perdas por redução no valor recuperável*

O contas a receber, na data das demonstrações financeiras, tem a seguinte posição por vencimento:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
A vencer	69.999.002	50.494.391
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	6.083.040	5.615.926
De 31 a 90 dias	1.005.458	1.266.217
De 91 a 180 dias	83.138	509.194
De 181 a 360 dias	156.059	-
Acima de 360 dias	1.691.111	3.645.297
	<b>79.017.808</b>	<b>61.531.025</b>

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado (Nota 21). Quando não existe

## **INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

expectativa de recuperação de numerário, os valores creditados lançados na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” são revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

### *- Risco de taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

### *- Risco de mercado*

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado de matérias primas e insumos utilizados no processo de produção, principalmente o preço do aço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques reguladores desta matéria-prima.

### *- Risco de liquidez*

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (Notas 3 e 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os valores equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

### *- Risco de taxa de câmbio*

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia nas contas a receber advindas de vendas ao mercado externo (Nota 5).

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a necessidade de contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

### *- Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;

### **INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

#### *a.45.5 Instrumentos financeiros*

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis estão apresentados no balanço patrimonial nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa - Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.
- Títulos e valores mobiliários - Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.
- Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros considerado valor justo de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes específicas para financiamento.

#### *a.45.6 Gestão de capital*

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento.

#### *a.45.7 Análise de sensibilidade*

##### *- Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros*

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

##### *- Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio*

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras.

#### *a.45.8 Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

### **a.46) Outras receitas operacionais líquidas**





**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Êxito em demandas judiciais:		
- Reintegra	440.527	17.724
- Exclusão ICMS da base de cálculo PIS/COFINS	24.609.540	-
- Eletrobrás	4.083.245	156.109
- CPRB	219.985	-
Recuperação de tributos pagos a maior	2.047.530	5.216.172
Aluguéis	132.743	131.224
Venda de ativo imobilizado	213.209	725.667
	<b>31.746.779</b>	<b>6.244.896</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Contribuição previdenciária (Notificação)	3.053.502	-
Indenizações trabalhistas	230.873	117.563
PIS/COFINS	12.279	26.578
Valor residual baixa de ativo imobilizado	131.050	105.199
	<b>3.427.704</b>	<b>249.340</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>28.319.075</b>	<b>5.995.556</b>

**a.47) Cobertura de seguros (não auditado)**

De acordo com a natureza de suas atividades e considerando as medidas preventivas adotadas em caráter permanente, com base na característica dos bens, a Companhia mantém seguros contratados, no valor de R\$ 47.187.590. Esse montante de cobertura é considerado suficiente pelos Administradores da Companhia.

**a.48) Pandemia Covid-19**

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 03/2020, de 16/04/2020, informamos que, a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventual perda na realização de créditos, tendo como base os títulos vencidos há mais de 90 dias no mercado interno e 180 dias no mercado externo, cujos valores lançados em despesas de vendas, no período, totalizaram R\$ 1.329.141 (R\$ 923.200, em 31/12/2019). A Companhia não identificou, por ora, a ocorrência do aumento significativo no risco de crédito. O contas a receber, na data das demonstrações financeiras, tem a posição por vencimento evidenciada na Nota 25.

**10.5 Os Diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela Administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:**

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas neste Formulário em seu item 10.4.

**10.6 Com relação aos controles internos adotadas para assegurar a elaboração de Demonstrações Financeiras confiáveis, os Diretores devem comentar:****a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Os Administradores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos são adequados e que sejam capazes de assegurar a confiabilidade das Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas.

**b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do Auditor Independente**

O relatório do Auditor Independente não apontou deficiências ou recomendações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

**10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os Diretores devem comentar:****a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não aplicável.

**b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não aplicável.

**c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável.

**10.8 Os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras do emissor, indicando:****a) os ativos e passivos detidos pelo emissor direta ou indiretamente, que não aparecem no seu Balanço Patrimonial (off-balance sheet items)****i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não se aplica.

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não se aplica.

**iv. contratos de construção não terminada**

Não se aplica.

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não se aplica.



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**b) outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras**

Não se aplica.

**10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras indicados no item 10.8, os Diretores devem comentar:**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das Demonstrações Financeiras do emissor**

Não se aplica.

**b) natureza e o propósito da operação**

Não se aplica.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica.

**10.10 Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do Plano de Negócio da Companhia:**

**a) investimentos incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;**

As previsões econômicas trabalham, até a presente data, com a expectativa de crescimento para o Produto Interno Bruto brasileiro no atual exercício, apesar da situação de pandemia declarada. Nesse contexto, a Metisa mantém o foco no desenvolvimento de novos produtos e maior participação nos seus mercados de atuação.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos;**

A Administração pretende realizar os investimentos previstos para o ano de 2021 através de capital próprio e/ou através de financiamentos oferecidos pelo BNDES e/ou seus Agentes Financeiros, dependendo dos custos financeiros.

**ORÇAMENTO DE CAPITAL**

**ATIVO NÃO CIRCULANTE**

**IMOBILIZADO**

	R\$/Mil
I - Construção Civil	R\$ 2.486,0
II - Máquinas, Equipamentos e Instalações	R\$ 11.520,3
III - Ferramentais	R\$ 1.200,0
IV - Tecnologia da Informação	R\$ 1.778,0
V - Adequação às Normas de Segurança NR10, NR12 e NR17	R\$ 522,0

**ATIVO CIRCULANTE**

CAPITAL DE GIRO **R\$ 21.661,4**

**TOTAL GERAL**

**R\$ 39.167,7**

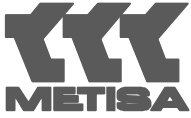
(TRINTA E NOVE MILHÕES, CENTO E SESSENTA E SETE MIL, SETECENTOS REAIS).

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;**

Não há desinvestimentos relevantes previstos em andamento e/ou previstos.

**b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não aplicável.



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL – INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**c) novos produtos e serviços, indicando:**

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;**

Não aplicável.

**ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**

Não aplicável.

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;**

Não aplicável.

**iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**

**10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não se aplica.



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

**ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481 E 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

**DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (Em Reais)**

**1. Informar o Lucro Líquido do exercício**

O Lucro Líquido do exercício de 2020 foi de R\$ 57.201.135,00.

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

O Conselho de Administração, em 10 de julho de 2020, aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, que serão imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,4000 por ação preferencial e R\$ 0,3600 por ação ordinária, para início de pagamento em 28 de agosto de 2020.

Em 09 de novembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, que serão imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,3575 por ação preferencial e R\$ 0,3250 por ação ordinária, para início de pagamento em 15 de dezembro de 2020.

A Administração propõe, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, um dividendo de R\$1,10 por ação preferencial e R\$ 1,00 por ação ordinária. Este valor poderá ser alterado devido a movimentação de ações em tesouraria.

**3. Informar o percentual do Lucro Líquido do exercício distribuído**

O percentual sobre o Lucro Líquido ajustado corresponde a 29,68%.

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não se aplica.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a) o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

R\$1,10 por ação preferencial e R\$ 1,00 por ação ordinária. Este valor poderá ser alterado devido a movimentação de ações em tesouraria.

**b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio**

A definir em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 27 de abril de 2021.

**c) eventual incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio**

A definir em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 27 de abril de 2021.

**d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos Acionistas que terão direito ao seu recebimento**

A definir em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 27 de abril de 2021.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481 E 17 DE DEZEMBRO DE 2009

**a) informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não se aplica.

**b) informar a data dos respectivos pagamentos**

Não se aplica.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os valores por ação de cada espécie e classe:**

**a) lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores**

<u>ANO</u>	<u>LUCRO LÍQUIDO (R\$)</u>
2020	57.201.135,00
2019	18.000.782,00
2018	16.335.466,00
2017	13.142.924,00

**b) dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos três exercícios anteriores**

<u>ANO</u>	<u>DIVIDENDOS</u>		<u>JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO</u>	
	<u>PN</u>	<u>ON</u>	<u>PN</u>	<u>ON</u>
2020 (1)	0	0	0,7575	0,6850
2019 (1)	0	0	0,8000	0,7200
2018 (1)	0	0	0,6500	0,5900
2017 (1)	0	0	0,5500	0,5000

(1) valores unitários por ação;

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:**

**a) identificar o montante destinado à reserva legal**

O montante destinado à reserva legal em 2020, foi de R\$ 2.860.057,00.

**b) detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

O cálculo da Reserva Legal em 2020, correspondeu a 5% do Lucro Líquido do exercício.

**9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:**

**a) descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos e mínimos**

Não aplicável.

**b) informar se o Lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável.

**c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicável.

**d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável.

**e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a) descrever a forma de cálculo prevista no Estatuto**

O Estatuto prevê a distribuição de 25% do Lucro Líquido ajustado da Companhia, assegurando às ações

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009****ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481 E 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

preferenciais um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

**b) informar se ele está sendo pago integralmente**

Sim.

**c) informar o montante eventualmente retido**

Não se aplica.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido a situação financeira da Companhia**

Não se aplica.

**a) informar o montante da retenção**

Não se aplica.

**b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não se aplica.

**c) justificar a retenção dos dividendos**

Não se aplica.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

Não se aplica.

**a) identificar o montante destinado à reserva**

Não se aplica.

**b) identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não se aplica.

**c) explicar porque a perda foi considerada provável**

Não se aplica.

**d) justificar a constituição da reserva**

Não se aplica.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar****a) informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não se aplica.

**b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem a reserva**

Não se aplica.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

Não se aplica.

**a) descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Não se aplica.

**b) identificar o montante destinado à reserva**

Não se aplica.

**c) descrever como o montante foi calculado**



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

**ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481 E 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

Não se aplica.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em Orçamento de Capital**

**a) identificar o montante da retenção**

Montante da retenção: R\$ 37.132.878,00.

**b) fornecer cópia do Orçamento do Capital**

**ORÇAMENTO DE CAPITAL**

**ATIVO NÃO CIRCULANTE**

**IMOBILIZADO**

	R\$/Mil
I - Construção Civil	R\$ 2.486,0
II - Máquinas, Equipamentos e Instalações	R\$ 11.520,3
III - Ferramentais	R\$ 1.200,0
IV - Tecnologia da Informação	R\$ 1.778,0
V - Adequação às Normas de Segurança NR10, NR12 e NR17	R\$ 522,0

**ATIVO CIRCULANTE**

CAPITAL DE GIRO **R\$ 21.661,4**

**TOTAL GERAL**

**R\$ 39.167,7**

(TRINTA E NOVE MILHÕES, CENTO E SESENTA E SETE MIL, SETECENTOS REAIS).

**Fontes próprias (Retenção de Lucros do exercício de 2020, da realização do Custo Atribuído e da Reserva de Incentivos Fiscais).**

Fontes próprias (Retenção de Lucros do exercício de 2020, da realização do Custo Atribuído e da Reserva de Incentivos Fiscais).

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

Não se aplica

**a) informar o montante destinado à reserva**

Não se aplica.

**b) explicar a natureza da destinação**

Não se aplica.





**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

Esclarecemos que os dados abaixo referem-se aos Membros atuais do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, que estão à disposição dos Acionistas para eventual reeleição. O mandato do atual Conselho de Administração e Conselho Fiscal vigorará até a realização da Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em 27 de abril de 2021. E, no caso de reeleição, o novo período do mandato será de 27.04.2021 até a realização da próxima AGO, em 2022.

**12.6 Em relação a cada um dos Administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor, indicar em forma de tabela:**

- a) **nome:** Flavio Snell  
b) **idade:** 77 anos  
c) **profissão:** engenheiro mecânico de produção  
d) **CPF:** 024.614.558-72  
e) **cargo eletivo ocupado:** Presidente do Conselho de Administração  
f) **data da eleição:** 27 de abril de 2021  
g) **data da posse:** 27 de abril de 2021  
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO  
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -  
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim
- a) **nome:** Edvaldo Angelo  
b) **idade:** 73 anos  
c) **profissão:** engenheiro mecânico  
d) **CPF:** 154.761.039-53  
e) **cargo eletivo ocupado:** Vice-Presidente do Conselho de Administração  
f) **data da eleição:** 27 de abril de 2021  
g) **data da posse:** 27 de abril de 2021  
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO  
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** Diretor Presidente que acumula as áreas de vendas, tecnologia e recursos humanos e Diretor da Subsidiária Integral Metisa Florestal e Energética S.A.  
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** não
- a) **nome:** Ricardo Teixeira Mendes  
b) **idade:** 82 anos  
c) **profissão:** engenheiro metalurgista  
d) **CPF:** 008.127.228-68  
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho de Administração  
f) **data da eleição:** 27 de abril de 2021  
g) **data da posse:** 27 de abril de 2021  
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO  
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** presta serviços de assessoria à Diretoria do emissor na análise de novos negócios, análise de cunho mercadológico sobre produtos de interesse do emissor, coordenação de estudos de apoio dos interesses da Companhia junto ao Governo em suas três esferas administrativas e coordenação de processos técnico-administrativos a serem apresentados a órgãos oficiais.  
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim
- a) **nome:** Otto dos Santos  
b) **idade:** 53 anos  
c) **profissão:** engenheiro de produção  
d) **CPF:** 002.228.567-93  
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho de Administração



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- f) **data da eleição:** 27 de abril de 2021  
g) **data da posse:** 27 de abril de 2021  
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO  
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -  
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim
- a) **nome:** Alessandra Casagrande Angelo  
b) **idade:** 46 anos  
c) **profissão:** administradora  
d) **CPF:** 806.933.939-04  
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho de Administração  
f) **data da eleição:** 27 de abril de 2021  
g) **data da posse:** 27 de abril de 2021  
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO  
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -  
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** não
- a) **nome:** Marcelo Massud  
b) **idade:** 57 anos  
c) **profissão:** administrador de empresas  
d) **CPF:** 111.575.628-17  
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho de Administração  
f) **data da eleição:** 27 de abril de 2021  
g) **data da posse:** 27 de abril de 2021  
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO  
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -  
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim
- a) **nome:** Márcia Valéria dos Santos Rosa  
b) **idade:** 58 anos  
c) **profissão:** economista  
d) **CPF:** 746.891.187-87  
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho de Administração  
f) **data da eleição:** 27 de abril de 2021  
g) **data da posse:** 27 de abril de 2021  
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO  
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -  
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim
- a) **nome:** Mário Luis Marques  
b) **idade:** 69 anos  
c) **profissão:** administrador  
d) **CPF:** 567.391.178-53  
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho de Administração  
f) **data da eleição:** 27 de abril de 2021  
g) **data da posse:** 27 de abril de 2021  
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO  
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -  
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- a) **nome:** Wilson Harrison Jacobsen  
b) **idade:** 71 anos  
c) **profissão:** advogado  
d) **CPF:** 180.443.019-68  
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho de Administração  
f) **data da eleição:** 27 de abril de 2021  
g) **data da posse:** 27 de abril de 2021  
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO  
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** Diretor de Relações com Investidores que acumula as áreas administrativa e financeira e Superintendente da Subsidiária Integral Metisa Florestal e Energética S.A.  
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** não
- a) **nome:** Vinicio Pedro Cemin  
b) **idade:** 71 anos  
c) **profissão:** economista e advogado  
d) **CPF:** 076.486.509-91  
e) **cargo eletivo ocupado:** Presidente do Conselho Fiscal  
f) **data da eleição:** 27 de abril de 2021  
g) **data da posse:** 27 de abril de 2021  
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO  
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -  
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** não
- a) **nome:** Ramiro Heise  
b) **idade:** 73 anos  
c) **profissão:** advogado  
d) **CPF:** 003.868.989-87  
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho Fiscal  
f) **data da eleição:** 27 de abril de 2021  
g) **data da posse:** 27 de abril de 2021  
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO  
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -  
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim
- a) **nome:** Werner Kraus  
b) **idade:** 84 anos  
c) **profissão:** corretor de seguros  
d) **CPF:** 003.762.729-53  
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho Fiscal  
f) **data da eleição:** 27 de abril de 2021  
g) **data da posse:** 27 de abril de 2021  
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO  
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -  
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim
- a) **nome:** Leopoldo Francisco Raimo  
b) **idade:** 77 anos  
c) **profissão:** engenheiro  
d) **CPF:** 049.384.888-68  
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho Fiscal  
f) **data da eleição:** 27 de abril de 2021

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- g) **data da posse:** 27 de abril de 2021  
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO  
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -  
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** não
- a) **nome:** Riccardo Ferruccio Gobbo  
b) **idade:** 59 anos  
c) **profissão:** engenheiro  
d) **CPF:** 021.625.708-58  
e) **cargo eletivo ocupado:** membro do Conselho Fiscal  
f) **data da eleição:** 27 de abril de 2021  
g) **data da posse:** 27 de abril de 2021  
h) **prazo do mandato:** 1 ano - até a realização da próxima AGO  
i) **outros cargos ou funções exercidos no emissor:** - x - x -  
j) **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim

**12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos Comitês Estatutários, bem como dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários**

Não aplicável.

**12.8 Em relação a cada um dos Administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:**

- a) **currículo, contendo as seguintes informações:**
- principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**
    - nome da empresa
    - cargo e funções inerentes ao cargo
    - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor
  - indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas;**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**12.8. a) Flavio Snell**

**a) Formação e Experiência Profissional:**

**a.1) Formação:**

- Engenheiro mecânico de produção graduado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP) em 1967;
- Cursos de extensão universitária em administração de empresas e em técnicas de gerência e liderança (Management Center do Brasil – MCB – 1969);
- Curso de atualização para executivos de alto nível – Fundação Getúlio Vargas / RJ – 1973.

**a.2) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:**

- Diretor Presidente de Partbank S.A., empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas;
- Presidente do Conselho de Administração da METISA S.A., empresa dedicada à produção de artefatos de aço, tais como ferramental para máquinas rodoviárias, ferramentas para máquinas e implementos agrícolas, lâminas para corte de pedras e acessórios ferroviários.



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**a.3) Cargos de Administração em Companhias Abertas**

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.:
  - Presidente do Conselho de Administração desde maio de 2002.

**b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:**

- qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

**12.8.a) Edvaldo Angelo**

**a) Formação e Experiência Profissional:**

**a.1) Formação:**

- Engenheiro mecânico formado na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

**a.2) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:**

- Diretor Presidente da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. desde abril de 1989.
- Vice Presidente do Conselho de Administração da METISA Metalúrgica Timboense S.A., empresa dedicada à produção de artefatos de aço, tais como ferramental para máquinas rodoviárias, ferramentas para máquinas e implementos agrícolas, lâminas para corte de pedras e acessórios ferroviários.
- Diretor da Metisa Florestal e Energética S.A., empresa dedicada ao florestamento e reflorestamento de árvores exóticas - pinus e eucaliptus.
- Conselheiro da MUELLER Eletrodomésticos S.A., empresa fabricante de máquinas de lavar roupa, fogões e motores elétricos.
- Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Timbó - *SIMMET*.
- Diretor da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - *FIESC*.

**a.3) Cargos de Administração em Companhias Abertas**

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.:
  - Diretor Presidente da METISA Metalúrgica Timboense S.A. desde abril de 1989.

**b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:**

- qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

**12.8.a) Ricardo Teixeira Mendes**

**a) Formação e Experiência Profissional:**

**a.1) Formação:**

- Engenheiro metalurgista graduado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP) em 1962;
- Curso de Engenharia Econômica, ministrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - Rio de Janeiro) em 1982.

**a.2) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:**

### **INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- Diretor Vice-Presidente da PARTBANK Consultoria Econômica-Financeira Ltda-empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas;
- Entre os diversos serviços de consultoria prestados nos últimos 5 (cinco) anos, destacam-se:
  - **Metal Data II Geologia e Mineração Ltda.** – Estudo sobre a oferta e condições em que é oferecido o transporte ferroviário de minério de ferro oriundo do Estado de Minas Gerais a portos capazes de receber navios “cape size”. O estudo incluiu análise do arcabouço institucional que norteia as concessões. Trabalho entregue em dezembro de 2005.
  - **Metal Data II Geologia e Mineração Ltda.** – Análise dos portos existentes e potenciais, acessíveis por meio de transporte adequado, capazes de manusear, estocar e embarcar minério de ferro em quantidades compatíveis com projeto de mineração voltado para exportação, com minas na região do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais e/ou adjacências. Esta análise incluiu o exame dos aspectos institucionais relativos a terminais arrendados e terminais privativos, com ênfase na questão das obrigações dos concessionários.
  - **Metal Data S.A.** – Transporte Ferroviário de Minério de Ferro. Examina a existência e capacidade de transporte de minério de ferro no Brasil, considerando as ocorrências conhecidas nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Piauí e Pará. Inclui análise da possibilidade de transporte hidroviário. Trabalho entregue em setembro de 2007.
  - **Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos – SICETEL** – Estudo em que foi demonstrado que a concessão do regime especial de drawback à importação de lâminas de corte de pedras não atende às exigências da legislação a respeito, é de impossível fiscalização e resulta em situação que se caracteriza como de concorrência desleal ao produto nacional. Trabalho entregue em maio de 2007.
  - **Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos – SICETEL** – Preparação da base técnica do pedido à Secretaria de Comércio Exterior – SECEX de prorrogação da imposição de direitos antidumping às exportações de lâminas de corte de pedra da Itália para o Brasil. O trabalho foi executado no correr do 1º semestre de 2008 e a petição foi protocolada na SECEX em 15 de julho de 2008. Trabalho desenvolvido durante o 1º semestre de 2008.
  - **Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos – SICETEL** – Nova versão do estudo em que se demonstra a inaplicabilidade do regime de drawback às importações de Lâminas para Corte de Pedras (LCP), conduzida sob novo enfoque e adição de novas análises. Trabalho entregue em março de 2009.
  - **Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos – SICETEL** – Preparação da base técnica do pedido à Secretaria de Comércio Exterior – SECEX de pedido de abertura de investigação de dumping, prejuízo à indústria nacional e relação causal entre ambos, das exportações de lâminas para corte de pedras provenientes da Itália e da China. O processo foi protocolado na SECEX em 27 de novembro de 2008. O estudo foi desenvolvido no decorrer do segundo semestre de 2008.
  - **Associação Brasileira de Fundição – ABIFA** – Estudo em que foi demonstrado que o regime especial de drawback não se aplica à importação de granalha de corte, cujo objetivo foi instruir processo conduzido pelo cliente no sentido de obstar tais importações que têm prejudicado os produtores nacionais. Estudo entregue em janeiro de 2010, desenvolvido a partir de novembro de 2009.
  - **METISA** – Estudos de Mercado – Análises dos mercados de produtos fabricados por METISA, tais como ferramentas de penetração no solo, ferramentas para máquinas e implementos agrícolas e lâminas para corte de pedra, contemplando a identificação e acompanhamento de indicadores de demanda, preços de produtos concorrentes importados, preços de matéria-

### **INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

prima utilizadas pelo emissor e por seus concorrentes. Esses estudos são revistos e atualizados sempre que as condições de mercado o recomendam.

#### **a.3) Cargos de Administração em Companhias Abertas**

- Aços Anhangüera S.A.:
  - Diretor de Planejamento, cargo exercido entre abril de 1977 a 28 de fevereiro de 1982;
- Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração – CAEMI:
  - Diretor de Planejamento da subsidiária integral Mauá Serviços, a quem incumbia desenvolver todo o trabalho de “holding” da CAEMI. Cargo exercido entre 1 de março de 1982 a 30 de abril de 1986;
- Cia. Progresso Industrial do Brasil – Fábrica Bangu:
  - Membro do Conselho de Administração entre 26 de abril de 1988 e 29 de abril de 1989;
  - Diretor Superintendente entre 01 de maio de 1989 e 22 de janeiro de 1990.
- Pêrsico Pizzamiglio S.A.:
  - Membro do Conselho de Administração entre 28 de abril de 1989 e 30 de abril de 1997;
- Gazola Indústria Metalúrgica S.A.:
  - Membro do Conselho de Administração entre maio de 1992 e junho de 2003;
- Jaraguá Fabril S.A.:
  - Membro do Conselho de Administração entre abril de 1991 e abril de 1996;
- Motorádio S.A.:
  - Membro do Conselho de Administração entre maio de 1989 e 27 de janeiro de 1994;
- METISA – Metalúrgica Timboense S.A.:
  - Membro do Conselho de Administração desde 1º de julho de 1988;

#### **b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:**

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

#### **12.8.a) Otto dos Santos**

##### **a) Formação e Experiência Profissional:**

###### **a.1) Formação:**

- Engenheiro de produção graduado em 1990 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, com MBA Executivo em Finanças em 1996 pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC.

###### **a.2) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:**

- Sócio da Elite CCVM Ltda - período: 2003 até a presente data. No período de 2007 à janeiro/2018 ocupou o cargo de Diretor Presidente.
- Membro do Comitê de Mercado ANBIMA.
- Membro da Câmara Consultiva de Normas e Supervisão da BM&FBovespa S.A.

###### **a.3) Cargos de administração em companhias abertas:**

- METISA – Metalúrgica Timboense S.A.:
  - Membro do Conselho de Administração.

#### **b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:**

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**iii. principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma**

**12.8.a) Alessandra Casagrande Angelo**

**a) Formação e Experiência Profissional:**

**a.1) Formação:** Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Regional de Blumenau – FURB;

**a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 anos:**

- Sócia Administradora da empresa Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda  
Timbó (SC)  
Período: 1998 até a presente data  
Atividade da empresa: metalúrgica

**a.3) Cargos de administração em companhias abertas:**

Não aplicável.

**b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:**

- qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

**12.8.a) Marcelo Massud**

**a) Formação e Experiência Profissional:**

**a.1) Formação:**

- Administração de Empresas pela Faculdade de Administração de Empresas Luzwell, em 1989;
- MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC, em 1997.

**a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:**

- GLJ Hotéis Ltda.:
  - Assessor da Diretoria, desde 1994. A empresa possui e explora hotel com instalações na Ilha de Itacuruçá, no litoral do Rio de Janeiro.

**a.3) Cargos de administração em companhias abertas:**

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.:
  - Membro do Conselho de Administração.

**b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:**

- qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

**12.8.a) Márcia Valéria dos Santos Rosa**

**a) Formação e Experiência Profissional:**

**a.1) Formação:**

- Economista formada pela Faculdade Cândido Mendes, em 1988;
- MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC, em 1987.



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:**

- PARTBANK Consultoria Econômica-Financeira Ltda:
  - Gerente do Departamento Técnico da Partbank Consultoria Econômica-Financeira Ltda., empresa de consultoria especializada em análise do mercado de capitais e em avaliação de empresas, análise de mercado, finanças e controles administrativos de empresas, entre 1990 e 2004;
- Elite CCVM Ltda.:
  - Consultora da Elite CCVM para assuntos relacionados ao mercado de capitais, desde 2004.

**a.3) Cargos de administração em companhias abertas:**

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.:
  - Membro do Conselho de Administração desde 11 de setembro de 1990;
- Gazola S.A Indústria Metalúrgica:
  - Membro do Conselho de Administração em 1996 e 1997.

**b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:**

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

**12.8.a) Mário Luís Marques**

**a) Formação e Experiência Profissional:**

**a.1) Formação:**

- Curso médio completo, feito no Colégio Arquidiocesano de São Paulo – concluído em 1969;
- Curso de arquitetura incompleto, na Fundação Vale Paraibano de Ensino, frequentado em 1972 e 1973.

**a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:**

- Caraíbas S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio
  - Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração. Atividade da Empresa: criação de gado bovino para corte.

**a.3) Cargos de administração em companhias abertas:**

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.:
  - Membro do Conselho de Administração.

**b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:**

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

**12.8.a) Wilson Harrison Jacobsen**

**b) Formação e Experiência Profissional:**

**a.1) Formação:**

- Advogado formado pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, concluído em 1975;

**a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:**



### **INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- Diretor de Relações com Investidores da METISA Metalúrgica Timboense S.A., empresa dedicada à produção de artefatos de aço, tais como ferramental para máquinas rodoviárias, ferramentas para máquinas e implementos agrícolas, lâminas para corte de pedras e acessórios ferroviários.
- Diretor Superintendente da Metisa Florestal e Energética S.A., empresa dedicada ao florestamento e reflorestamento de árvores exóticas - pinus e eucaliptus.

#### **a.3) Cargos de administração em companhias abertas:**

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.:
  - Membro do Conselho de Administração desde abril de 2007.

#### **b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:**

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

### **CONSELHO FISCAL**

#### **12.8.a) Leopoldo Francisco Raimo**

##### **a) Formação e Experiência Profissional:**

###### **a.1) Formação:**

Engenheiro mecânico de produção

###### **a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 anos:**

- GTS Brasil Consultores Associados (SP)  
Consultor  
Período: 2010 até a presente data
- FGT Representação e Consultoria em Informática (SP)  
Sócio Diretor  
Período: 1986 - 2010.

##### **a.3) Cargos de administração em companhias abertas:**

Não aplicável.

#### **b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:**

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

#### **12.8.a) Riccardo Ferruccio Gobbo**

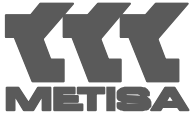
##### **a) Formação e Experiência Profissional:**

###### **a.1) Formação:**

- Engenheiro Civil

###### **a.2) Experiência Profissional nos últimos 5 anos:**

- FIRPAVI Construtora e Pavimentadora S.A.:
  - Diretor Industrial no período de 1994 à 2001;
- Incorporação e Construção de Condomínios Residenciais no período de 2002 até a presente data.



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**a.3) Cargos de Administração em Companhias Abertas:**

- METISA Metalúrgica Timboense S.A.
  - Membro do Conselho Fiscal, empossado em maio de 2016.

**b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:**

- qualquer condenação criminal: Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma
- principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma

**12.8.a) Ramiro Heise**

**a) Formação e Experiência Profissional:**

**a.1) Formação:**

- Advogado formado na Faculdade de Direito de Itajaí (hoje UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí);
- Pós Graduação, nível especialização, PUC - São Paulo.

**a.2) Experiência Profissional nos últimos 5 anos:**

- HEISE & DOBNER Advogados Associados
  - Sócio;

**a.3) Cargos de administração em companhias abertas:**

- METISA Metalúrgica Timboense S.A:
  - Membro do Conselho Fiscal desde 2002;

**b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:**

- qualquer condenação criminal: Nenhuma
- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma
- principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma

**12.8.a) Vinicio Pedro Cemin**

**a) Formação e Experiência Profissional:**

**a.1) Formação:**

- Economista formado pela Universidade de Blumenau - FURB, ano de 1974.
- Advogado formado pela Universidade do Vale do Itajaí UNIVALI, ano de 2004.

**a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:**

- ESCOPEL Contabilidade LTDA
- RABER Indústria e Comércio de Polímeros LTDA
- CEMIN Consultoria e Projetos Econômicos LTDA
- ENERMECO LTDA

Exerceu cargo de administrador, diretor, procurador e em determinadas situações, como responsável técnico profissional.

**a.3) Cargos de administração em companhias abertas:**

- METISA Metalúrgica Timboense S.A:
  - Membro do Conselho Fiscal desde 1988;

**b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:**

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

**12.8.a) Werner Kraus**

**a) Formação e Experiência Profissional:**

**a.1) Formação:**

- Técnico em Contabilidade - Colégio Santo Antônio, Blumenau 1969;
- Pós Graduação, nível especialização, PUC - São Paulo.

**a.2.) Experiência Profissional nos últimos 5 (cinco) anos:**

- WK Corretora de Seguros LTDA
  - Sócio;

**a.3) Cargos de administração em companhias abertas:**

- METISA Metalúrgica Timboense S.A:
  - Membro do Conselho Fiscal desde abril 2002;
  - Foi membro do Conselho de Administração no período de 1992 à 2002;
- Empresa Industrial Garcia (atualmente COTEMINAS):
  - Supervisor da área administrativa, depósito, expedição, seguros, transportes e faturamento, 1970/1973;

**b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os 5 últimos anos:**

- i. **qualquer condenação criminal:** Nenhuma
- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:** Nenhuma
- iii. **principais qualquer condenação transitada e julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:** Nenhuma

**12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre:**

**a) administradores do emissor**

**Conselho de Administração**

O Conselheiro de Administração, Marcelo Massud, é sobrinho do Presidente do Conselho de Administração, Flavio Snell, e do Diretor Executivo, Amin Omar Massud.

A Conselheira de Administração, Alessandra Casagrande Angelo, é filha do Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente, Edvaldo Angelo.

**b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

**Conselho de Administração**

O Vice-Presidente do Conselho de Administração, Edvaldo Angelo, é Diretor da Subsidiária Integral Metisa Florestal e Energética S.A.

O Conselheiro de Administração, Wilson Harrison Jacobsen, é Superintendente da Subsidiária Integral Metisa Florestal e Energética S.A.

**c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

**Conselho de Administração**

O Controlador do emissor, Flávio Snell, é tio do Conselheiro de Administração Marcelo Massud.



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 12.6 A 12.12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

**Conselho de Administração**

O Presidente do Conselho de Administração, Flavio Snell, é Diretor Presidente da PARTBANK Consultoria Econômica-Financeira Ltda, proprietária de 23,7% das ações ordinárias do emissor;

O Conselheiro de Administração, Ricardo Teixeira Mendes, é Diretor Vice-Presidente da PARTBANK Consultoria Econômica-Financeira Ltda.

**12.10 Informar sobre as relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

**a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor**

O Conselheiro de Administração, Wilson Harrison Jacobsen, é Superintendente da Subsidiária Integral do emissor, Metisa Florestal e Energética S.A..

O Vice-Presidente do Conselho de Administração, Edvaldo Angelo, é Diretor da Subsidiária Integral do emissor, Metisa Florestal e Energética S.A..

**b) controlador direto ou indireto do emissor**

O Controlador do emissor, Flavio Snell, é Diretor Presidente da PARTBANK Consultoria Econômica-Financeira Ltda e o Conselheiro de Administração, Ricardo Teixeira Mendes, é Diretor Vice-Presidente da PARTBANK Consultoria Econômica-Financeira Ltda.

O Conselheiro de Administração Mário Luiz Marques é Diretor da CARÁBAS S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio, cujo Acionista Controlador é o Controlador do emissor.

A Conselheira de Administração Márcia Valéria dos Santos Rosa presta serviços de consultoria sobre mercado de capitais à ELITE CCVM.

**c) caso seja relevante, fornecer, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladora ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não se aplica

**12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos Administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções**

Não se aplica

**12.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não se aplica

### INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

## **13. Remuneração dos Administradores**

**13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos :**

### **a) objetivos da política ou prática de remuneração**

A prática da Companhia objetiva oferecer a seus Administradores uma remuneração equivalente a praticada no mercado, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado a suas funções, e sua competência e reputação profissional.

### **b) composição da remuneração, indicando:**

#### **i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Os elementos da remuneração são: honorários fixos dentro do limite máximo, definido pela Assembleia Geral Ordinária que no caso do emissor está proposto, em no máximo até 2,5% da Receita Bruta Operacional, aprovados anualmente, e posteriormente, fixados individualmente, pelo Conselho de Administração a cada membro; remuneração variável - participação nos lucros, dependendo do resultado do exercício, limitado, segundo o Estatuto Social da Companhia e conforme o Artigo 152º da Lei Nº 6.404/1976, a 10% do Lucro Líquido.

A Companhia, em decorrência destes critérios de remuneração, objetiva a retribuição pelos serviços prestados levando em consideração as responsabilidades do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado e o reconhecimento pelos resultados atingidos.

#### **ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

	<u>2019 (%)</u>	<u>2020 (%)</u>	<u>2021 (%)</u>
Honorários	77,2	73,8	100
Participação nos Lucros	22,8	26,2	-

#### Observações:

a) tendo em vista que a participação nos lucros possui como base o Lucro Líquido do Exercício, para o ano de 2021, não temos como estimar esse percentual.

b) Referente ao exercício de 2021, a Companhia efetuou uma previsão somente da parte fixa da remuneração dos Administradores, porquanto, não possuímos uma estimativa declarada de resultados para o corrente ano.

#### **iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Os honorários são definidos anualmente após a realização da Assembleia Geral Ordinária, pelo Conselho de Administração, e são baseados em práticas de mercado.

#### **iv. razões que justificam a composição da remuneração**

A remuneração da Companhia para seus Administradores, conforme já assinalado, é baseada em práticas de mercado e em consonância com os objetivos da Companhia.

### **c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

O indicador de desempenho levado em consideração na determinação da remuneração variável dos Administradores é o Lucro Líquido do exercício.

### **d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A remuneração dos Administradores é dividida entre uma parte fixa, correspondente ao Pro Labore e uma parcela variável proporcional ao Lucro Líquido obtido. A maior ou menor participação da remuneração variável, observado o limite legal, reflete o indicador de desempenho da Administração do emissor - o Lucro Líquido, objetivo final de uma sociedade de caráter empresarial.

### **e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

A política da Companhia leva em consideração, conforme já mencionado, as responsabilidades de cada Administrador, o tempo dedicado a suas funções, sua competência e reputação profissional, remuneração de seus serviços no mercado e os interesses dos Acionistas do emissor.

**f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladoras diretos ou indiretos**

Uma subsidiária integral da Companhia remunera a título de honorários fixos, 2 (dois) Diretores do emissor. Os valores da remuneração representaram no exercício de 2020 um total de R\$ 36.774,00.

**g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.**

Não aplicável.

**13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

ÓRGÃO	2021 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Remuneração segregada em:				
- Remuneração Fixa Anual (a)	3.234	2.563	394	6.191
Salários ou Pro Labore	3.234	2.563	394	6.191
Benefícios diretos ou indiretos				
Participações em Comitês				
- Remuneração Variável				
Bônus				
Participação nos Resultados				
Participações em Reuniões				
Comissões				
Benefícios pós emprego				
Benef. pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações				
<b>TOTAL</b>	<b>3.234</b>	<b>2.563</b>	<b>394</b>	<b>6.191</b>

**Observações:**

a) foram mantidos os mesmos valores pagos à título de remuneração fixa em 2020.

b) a participação nos lucros, não foi possível mensurar, no entanto, deverá ser limitada ao total do montante fixo.

ÓRGÃO	2020 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Remuneração segregada em:				
- Remuneração Fixa Anual (a)	3.234	2.563	394	6.191
Salários ou Pro Labore	3.234	2.563	394	6.191
Benefícios diretos ou indiretos				
Participações em Comitês				
- Remuneração Variável				
Bônus				
Participação nos Resultados	1.037	1.017	-	2.054
Participações em Reuniões				
Comissões				
Benefícios pós emprego				
Benef. pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações				
<b>TOTAL</b>	<b>4.271</b>	<b>3.580</b>	<b>394</b>	<b>8.245</b>

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

ÓRGÃO	2019 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Remuneração segregada em:				
- Remuneração Fixa Anual (a)	3.121	2.474	380	5.975
Salários ou Pro Labore	3.121	2.474	380	5.975
Benefícios diretos ou indiretos				
Participações em Comitês				
- Remuneração Variável				
Bônus				
Participação nos Resultados	941	886	-	1.827
Participações em Reuniões				
Comissões				
Benefícios pós emprego				
Benef. pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações				
<b>TOTAL</b>	<b>4.062</b>	<b>3.360</b>	<b>380</b>	<b>7.802</b>

ÓRGÃO	2018 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Remuneração segregada em:				
- Remuneração Fixa Anual (a)	2.992	2.370	365	5.727
Salários ou Pro Labore	2.992	2.370	365	5.727
Benefícios diretos ou indiretos				
Participações em Comitês				
- Remuneração Variável	765	721		1.486
Bônus				
Participação nos Resultados	765	721		1.486
Participações em Reuniões				
Comissões				
Benefícios pós emprego				
Benef. pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações				
<b>TOTAL</b>	<b>3.757</b>	<b>3.091</b>	<b>365</b>	<b>7.213</b>

**13.3 Em relação à remuneração variável dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

ÓRGÃO	2021 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	(1)	(1)	(2)	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-





**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

ÓRGÃO	2020 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	1.037	1.017	-	2.054
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

ÓRGÃO	2019 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	941	886	-	1.827
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

ÓRGÃO	2018 (R\$ mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Em relação ao bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Em relação à participação nos resultados:	765	721	-	1.486
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	765	721	-	1.486

**Observações:**

- 1) em relação a participação nos resultados, os valores máximos estão limitados ao total da remuneração fixa, como também a 10% do Lucro Líquido do exercício social. A participação individual nos lucros do emissor são determinadas pelo Conselho de Administração, após a realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações contábeis do exercício social em questão.
- 2) os membros do Conselho Fiscal não recebem remuneração variável

**13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os sub itens não são aplicáveis.

- a) termos e condições gerais
- b) principais objetivos do plano
- c) forma como o plano contribui para esses objetivos
- d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f) número máximo de ações abrangidas
- g) número máximo de opções a serem outorgadas
- h) condições de aquisição de ações
- i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j) critérios para fixação do prazo do exercício
- k) forma de liquidação
- l) restrições à transferência das ações
- m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES PREFERENCIAIS	TOTAL
TOTAL	4.159.898	1.531.436	5.691.334

DIRETORIA ESTATUTÁRIA	AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES PREFERENCIAIS	TOTAL
TOTAL	673	12.746	13.419

CONSELHO FISCAL	AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES PREFERENCIAIS	TOTAL
TOTAL	1	0	1

13.6 Em relação a remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

- a) órgão
- b) número de membros
- c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- i. data de outorga**
- ii. quantidade de opções outorgadas**
- iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis**
- iv. prazo máximo para exercício das opções**
- v. prazo de restrição à transferência das ações**
- vi. preço médio, ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:**
  - em aberto no início do exercício social
  - perdas durante o exercício social
  - exercidas durante o exercício social
  - expiradas durante o exercício social
- d) valor justo das ações na data de outorga**
- e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas**

**13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

- a) órgão**
- b) número de membros**
- c) em relação às opções ainda não exercíveis**
  - i. quantidade**
  - ii. data em que se tornarão exercíveis**
  - iii. prazo máximo para exercício das opções**
  - iv. prazo de restrição à transferências das ações**
  - v. preço médio ponderado de exercício**
  - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social**
- d) em relação às opções exercíveis**
  - i. quantidade**
  - ii. prazo máximo para exercício das opções**
  - iii. prazo de restrição à transferência das ações**
  - iv. preço médio ponderado de exercício**
  - v. valor justo das opções no último dia do exercício social**
  - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social**

**13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos três últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

- a) órgão**
- b) número de membros**
- c) em relação às opções exercidas informar:**
  - i. número de ações**
  - ii. preço médio ponderado de exercício**
  - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas**
- d) em relação às ações entregues informar:**
  - i. número de ações**



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

ii. preço médio ponderado de aquisição

iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

**13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os subitens não são aplicáveis.

a) modelo de precificação

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

d) forma de determinação da volatilidade esperada

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

**13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

Não aplicável.

a) órgão

b) número de membros

c) nome do plano

d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

e) Condições para se aposentar antecipadamente

f) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

h) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

**13.11 Em forma de tabela, indicar, para os três últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**

ÓRGÃO	2020 (Em Reais mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Valor da maior remuneração individual	2.011	1.578	79	3.668
Valor da menor remuneração individual	231	806	79	1.116
Valor médio da remuneração individual	475	1.193	79	1.747

**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

ÓRGÃO	2019 (Em Reais mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Valor da maior remuneração individual	1.903	1.470	76	3.449
Valor da menor remuneração individual	220	774	76	1.070
Valor médio da remuneração individual	451	1.120	76	2.717

ÓRGÃO	2018 (Em Reais mil)			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de Membros	9	3	5	17
Valor da maior remuneração individual	1.765	1.353	73	3.191
Valor da menor remuneração individual	121	717	73	911
Valor médio da remuneração individual	376	1.030	73	1.479

*Observação: Os montantes referem-se a remuneração anual e a participação estatutária nos lucros do Conselho de Administração e da Diretoria.*

**13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.**

Não há instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

ÓRGÃO	2020	2019	2018
Conselho de Administração	86,55%	86,35%	85,85%
Diretoria Estatutária	22,50%	23,03%	23,21%
Conselho Fiscal	60,00%	60,00%	60,00%

**13.14 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.**

ÓRGÃO	2020 (Em R\$)	2019 (Em R\$)	2018 (Em R\$)
Conselho de Administração	272.193,00	265.536,00	265.536,00
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

**13.15 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.**

ÓRGÃO	2020 (Em R\$)	2019 (Em R\$)	2018 (Em R\$)
Conselho de Administração	-	-	-
Diretoria Estatutária	36.774,00	51.959,00	49.132,00
Conselho Fiscal	-	-	-

*Observação: Refere-se a remuneração anual de dois Diretores do emissor que prestam serviços na Subsidiária Integral METISA Florestal e Energética S.A.*



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

**13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Convocamos os Senhores Acionistas da METISA METALÚRGICA TIMBOENSE S.A. para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no próximo dia 27 de abril de 2021, às 10:00 horas, em sua sede social à Rua Fritz Lorenz, 2442, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras com Notas Explicativas, Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2020.
2. Proposta do Conselho de Administração para a destinação do Lucro Líquido do exercício de 2020, no valor de R\$57.201.135,08 (cinquenta e sete milhões, duzentos e um mil, cento e trinta e cinco reais e oito centavos), a saber:
  - a) R\$2.860.056,75 (dois milhões, oitocentos e sessenta mil, cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos) a título de Reserva Legal;
  - b) R\$6.432.789,05 (seis milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, setecentos e oitenta e nove reais e cinco centavos), para pagamento de dividendos, com tratamento fiscal de juros sobre capital próprio, a saber: a) R\$0,3600 por ação ordinária e a R\$0,4000 por ação preferencial, aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de julho de 2020 e pagos no dia 28 de agosto de 2020; b) R\$0,3250 por ação ordinária e a R\$0,3575 por ação preferencial, aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de novembro de 2020 e pagos no dia 15 de dezembro de 2020, totalizando os dois pagamentos os valores anuais de R\$0,6850 por ação ordinária e R\$0,7575 por ação preferencial;
  - c) R\$9.283.420,00 (nove milhões, duzentos e oitenta e três mil e quatrocentos e vinte reais) como dividendos, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, de R\$1,00 por ação ordinária e de R\$1,10 por ação preferencial;
  - d) R\$1.491.990,92 (um milhão, quatrocentos e noventa e um mil, novecentos e noventa reais e noventa e dois centavos), para a conta de Reserva de Incentivos Fiscais que serão destinados para investimentos, conforme Orçamento de Capital;
  - e) R\$37.132.878,36 (trinta e sete milhões, cento e trinta dois mil, oitocentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos) referente ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2020, acrescido do valor de R\$644.598,10 (seiscentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e oito reais e dez centavos), correspondente ao custo atribuído realizado de R\$542.896,59 (quinhentos e quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e nove centavos) mais o valor realizado das Reservas de Lucros a Realizar de R\$101.701,51 (cento e um mil, setecentos e um reais e cinquenta e um centavos), totalizando R\$37.777.476,46 (trinta e sete milhões, setecentos e setenta e sete mil, quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e seis centavos), que serão mantidos em conta de Reserva de Lucros para futuros investimentos e/ou capital de giro, conforme Orçamento de Capital;
3. Eleição dos Membros do Conselho de Administração, reconhecida a possibilidade do exercício das faculdades de que trata o artigo nº 141 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores;
4. Fixação do montante global anual dos honorários dos Administradores, a vigorar até a próxima Assembleia Geral Ordinária, no montante global de até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) da receita operacional bruta anual;
5. Eleição dos Membros do Conselho Fiscal e fixação de sua remuneração.

*Aviso aos Acionistas*

■ Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, bem como nos sites da METISA ([www.metisa.com.br](http://www.metisa.com.br)), da BM&FBOVESPA ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)): (i) o relatório da Administração; (ii) as demonstrações financeiras; (iii) o parecer do conselho fiscal; (iv) o parecer dos auditores independentes, tudo relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2020 e publicados em 26.03.2021 nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Diário Catarinense, e demais documentos relativos as matérias a serem discutidas na Assembleia Geral Ordinária.



**INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

ITENS 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARCIAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009

- Em atenção à Instrução CVM Nº 282 de 26.06.1998, informamos que o percentual mínimo do capital votante para requerer a adoção do voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 6%.
- Os Acionistas poderão ser representados na Assembleia por Procurador com mandato outorgado na forma do parágrafo primeiro, do artigo nº 126, da Lei nº 6.404/76.
- Os Acionistas cujas ações estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC deverão depositar na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 horas, comprovante expedido pela referida Instituição. Deverão, igualmente, depositar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação, se forem representados por Procuradores.
- Caso opte pelo voto a distância, até o dia 20.04.2021 (inclusive) deverá transmitir instruções de preenchimento, enviando o respectivo Boletim de Voto a Distância: 1) ao escriturador das ações da Companhia, Banco Itaú, através do site Itaú Assembleia Digital; ou 2) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou ainda 3) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/09 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia; • para os investidores com ações custodiadas na B3 ou diretamente no escriturador, além dos processos de participação acima elencados, a Companhia também permitirá o exercício do direito de voto de modo eletrônico, com até 72 horas de antecedência da data da Assembleia; • em eventual eleição em separado para o Conselho de Administração, somente serão computados os votos relativos às ações detidas pelos acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral, conforme estabelece o Parágrafo Sexto do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76.

Timbó (SC), 16 de março de 2021.

Flavio Snell

Presidente do Conselho de Administração